

HABEAS CORPUS Nº 566.272 - PR (2020/0064753-2)

RELATOR : MINISTRO NEFI CORDEIRO
IMPETRANTE : KLEBERSON PIMENTEL DE OLIVEIRA
ADVOGADO : KLEBERSON PIMENTEL DE OLIVEIRA - PR052611
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ
PACIENTE : CAROLINE DE OLIVEIRA FERNANDES (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus*, com pedido liminar, impetrado em face de acórdão assim ementado (fl. 22):

HABEAS CORPUS. ROUBO MAJORADO - ART. 157, § 2º INCISO II, E § 2º-A, INCISO I, DO CÓDIGO PENAL. CORRUPÇÃO DE MENORES ART. 244-B, DA LEI 8.069/90. PRISÃO PREVENTIVA - GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA - DECISÃO DEVIDAMENTE FUNDAMENTADA EM ELEMENTOS CONCRETOS - MANUTENÇÃO DA SEGREGAÇÃO - INVIABILIDADE DE CONVERSÃO EM DOMICILIAR - DELITO PRATICADO MEDIANTE VIOLÊNCIA OU GRAVE AMEAÇA - MEDIDA ALTERNATIVA NÃO INDICADA AO CASO CONCRETO - PRECEDENTES DO STJ - CONSTRANGIMENTO ILEGAL NÃO CARACTERIZADO. ORDEM DENEGADA.

Consta dos autos denúncia pela prática do crime de roubo majorado, tipificado no art. 157, § 2º, II, e § 2º-A, I, do Código Penal.

O impetrante argumenta que são frágeis os indícios de autoria, bem como não estão presentes os requisitos autorizadores da prisão preventiva. Salienta, ainda, que é desproporcional em comparação com futuro provimento condenatório e que pode ser substituída por prisão domiciliar, haja vista que a paciente é mãe de duas crianças menores de 12 anos.

Nesse sentido, requer a concessão da ordem para que custódia seja revogada, com ou não aplicação de medidas alternativas.

A liminar foi indeferida.

As informações foram prestadas.

Manifestou-se o Ministério Público Federal pelo *não conhecimento do habeas corpus*.

É o relatório.

DECIDO.

No procedimento do *habeas corpus* não se permite a produção de provas, pois essa ação constitucional deve ter por objeto sanar ilegalidade verificada de plano, por isso não é possível aferir a autoria delitiva. As

alegações quanto a esse ponto, portanto, não devem ser conhecidas.

Além disso, a matéria relativa à desproporcionalidade não foi objeto de análise do Tribunal de origem, conforme cópia de acórdão de fls. 22/26. Então, esse ponto não poderá ser conhecido por esta Corte Superior, sob pena de indevida supressão de instância.

Não obstante a excepcionalidade que é a privação cautelar da liberdade antes do trânsito em julgado da sentença condenatória, reveste-se de legalidade a medida extrema quando baseada em elementos concretos, nos termos do art. 312 do CPP.

A decisão que indeferiu o pedido de substituição e manteve a preventiva está assim fundamentada (fls. 20/21):

[...] Referida decisão foi fundamentada na necessidade de se resguardar o melhor interesse dos infantes, na impossibilidade de o Poder Público garantir cuidados mínimos às gestantes, mormente as encarceradas, assim como no "estado de coisas inconstitucional" do sistema carcerário pátrio, anteriormente reconhecido pelo STF.

Diante da mencionada decisão do STF, o legislador federal aprovou a Lei n. 13.769/18, publicada no dia 20/12/2018, que trouxe profundas alterações no tocante à prisão domiciliar e progressão especial de regime para a gestante e mulher que for mãe ou responsável por crianças ou pessoas com deficiências, positivando o entendimento da nossa Corte máxima.

Com a referida lei, houve a inclusão do artigo 318-A no CPP, que prevê:

[...]

Destaco que, pela nova regra legal, apenas não faz jus ao benefício da prisão domiciliar a genitora ou gestante que tenha cometido crime com violência ou grave ameaça à pessoa ou contra seu filho ou dependente, o que se enquadra, em tese, no caso da requerente.

Conforme se observa dos autos de cautelar nominada nas quais foi decretada a prisão preventiva da requerente (em apenso), tem-se que, **em comunhão de esforços e desígnios com outros dois agentes, todos munidos de armas (a requerente estava portando ostensivamente uma faca), em tese, deram voz de assalto a uma família por eles conhecida e deles subtraíram diversos bens. Durante a ação agrediram fisicamente um homem e trancaram as vítimas no interior do estabelecimento comercial da família e roubaram mais alguns objetos do local.** De se ressaltar que a requerente foi reconhecida pela adolescente vítima da ação.

Assim, por continuarem hígidos os motivos que ensejaram a decretação da prisão da requerente, bem como por não se enquadrar nos casos de substituição da prisão preventiva por prisão domiciliar, INDEFIRO o pedido formulado pela defesa e mantenho a segregação cautelar de CAROLINE DE OLIVEIRA FERNANDES. [...]

Como já adiantado no exame da liminar, a prisão preventiva foi decretada em razão da gravidade concreta da conduta, demonstrada pelas

circunstâncias fáticas, pois *em comunhão de esforços e desígnios com outros dois agentes, todos munidos de armas (a requerente estava portando ostensivamente uma faca), em tese, deram voz de assalto a uma família por eles conhecida e deles subtraíram diversos bens e Durante a ação agrediram fisicamente um homem e trancaram as vítimas no interior do estabelecimento comercial da família e roubaram mais alguns objetos do local*, fundamentação que não demonstra ilegalidade.

Com efeito, a jurisprudência desta Corte Superior é pacífica no sentido de que a constrição cautelar impõe-se pela gravidade concreta da prática criminosa, causadora de grande intranquilidade social, revelada no *modus operandi* do delito, e diante da acentuada periculosidade do acusado, evidenciada na conduta violenta. Confira-se: HC n. 299762/PR – 6ª T. – unânime - Rel. Min. Rogério Schietti Cruz – DJe 2/10/2014; HC n. 169996/PE – 6ª T. – unânime – Rel. Min. Sebastião Reis Júnior – DJe 1º/7/2014; RHC n. 46707/PE – 6ª T. – unânime – Rel. Min. Maria Thereza de Assis Moura – DJe 18/6/2014; RHC n. 44997/AL – 6ª T. – unânime - Rel. Min. Marilza Maynard (Des. convocada do TJSE) – DJe 12/5/2014; RHC n. 45055/MG – 5ª T. – unânime – Rel. Min. Laurita Vaz – DJe 31/3/2014.

Quanto à prisão domiciliar, conforme disposto na decisão impugnada, o presente caso não autoriza a substituição, porque envolve violência e grave ameaça, nos termos do art. 318-A, I, do CP.

Cumpra observar que a Sexta Turma deste Tribunal vem decidindo majoritariamente no sentido de que, embora o Supremo Tribunal Federal, no julgamento do *Habeas Corpus* coletivo n. 143.641/SP, da relatoria do Ministro RICARDO LEWANDOWSKI, julgado em 20/2/2018, tenha admitido a substituição da prisão preventiva pela domiciliar de todas as mulheres presas, gestantes, puérperas ou mães de crianças e deficientes, nos termos do art. 2º do ECA e da Convenção sobre Direitos das Pessoas com Deficiências (Decreto Legislativo 186/2008 e Lei 13.146/2015), devem ser excetuados os casos de crimes praticados por elas mediante violência ou grave ameaça à pessoa, contra seus descendentes ou, ainda, em situações excepcionalíssimas.

Ademais, havendo a indicação de fundamentos concretos para justificar a custódia cautelar, não se revela cabível a aplicação de medidas cautelares alternativas à prisão, visto que insuficientes para resguardar a ordem pública. A esse respeito: HC n. 325.754/RS – 5ª T. – unânime – Rel. Min. Leopoldo de Arruda Raposo (Desembargador convocado do TJ/PE) – DJe 11/09/2015 e HC n. 313.977/AL – 6ª T. – unânime – Rel. Min. Maria Thereza de Assis Moura – DJe 16/03/2015.

Superior Tribunal de Justiça

Ante o exposto, denego o *habeas corpus*.

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília, 02 de abril de 2020.

MINISTRO NEFI CORDEIRO
Relator